

O CORPO NA ANÁLISE DE DISCURSO: MATERIALIDADE, LUGAR DE ENUNCIÇÃO, SUBJETIVIDADE

THE BODY IN THE DISCOURSE ANALYSIS: MATERIALITY, PLACE OF ENUNCIATION, SUBJECTIVITY

Luciana Iost Vinhas¹

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar um breve panorama de pesquisas em Análise Materialista de Discurso que abordem o corpo. São parte do trabalho alguns dos principais estudos em AD que trazem o corpo para o centro da reflexão. Com isso, a partir da base teórica proposta por Michel Pêcheux, construímos três caminhos possíveis para visualizar o corpo na teoria do discurso: a relação entre corpo e materialidade discursiva; a relação entre corpo e lugar de enunciação; e a relação entre corpo e subjetividade. Para que esses três caminhos possam ser percorridos, serão convocados conceitos basilares da teoria, tais como condições de produção, memória discursiva, formação imaginária e formação discursiva. Com a conclusão do trabalho, é possível afirmar que o corpo, na AD, possui relação íntima com a resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Discurso. Subjetividade. Materialidade discursiva. Lugar de enunciação.

ABSTRACT

This paper aims to present a brief overview of the researches based on the Materialist Discourse Analysis that address the body. Some of the main studies in DA that bring the body to the center of their reflection are part of this text. Thus, from the theoretical basis proposed by Michel Pêcheux, we build three possible ways to visualize the body in the discourse theory: the relationship between body and the discursive materiality; the relationship between body and the place of enunciation; and the relationship between body and the subjectivity. So that these three paths can be followed, basic concepts of the theory are presented, such as production conditions, discursive memory, imaginary formation and discursive formation. With the conclusion of this study, it is possible to affirm that the body, in DA, has an intimate relationship with the resistance.

KEYWORDS: Body. Discourse. Subjectivity. Discursive materiality. Place of enunciation.

Considerações introdutórias²

A Análise Materialista de Discurso (AD), conforme vem sendo trabalhada no Brasil, tem provocado reflexões não limitadas à análise da materialidade linguística propriamente

¹ Professora adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. Líder do Grupo de Pesquisa Ordinário do Sentido e Resistência (OuSaR/CNPq).

² Agradeço à Profa. Me. Bruna Tejada por ter feito a leitura prévia do texto e trazido importantes contribuições para a reflexão.

dita, abrangendo outras formas de existência material da ideologia. Um dos pressupostos básicos de sustentação da sua constituição epistemológica envolve a consideração do materialismo histórico como um dos campos do conhecimento que dão consistência teórica e analítica à proposta dessa ciência de entremeio (ORLANDI, 2007). É por isso que se torna possível a afirmação de que a AD é uma teoria não-subjetiva da subjetividade (PÊCHEUX, 2009), pois, apesar de possuir, em seu arsenal conceitual³, a presença do sujeito do discurso, em articulação necessária com o sentido, não considera que essa presença se dá de forma idealista, mas, na verdade, materialmente configurada segundo determinações históricas e dialéticas, sendo que, aí, a contradição intervém como pressuposto.

A base material que configura as relações teóricas e analíticas no âmbito da AD passa, portanto, por um embasamento no materialismo histórico “como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163), e essa diferença provoca efeitos incontornáveis na forma como se desenvolvem os estudos calcados em diferentes materialidades. A partir dessa definição basilar já cabe considerar uma diferença na forma como se entende a materialidade na AD.

Essa primeira incursão na proposta aqui apresentada tenta vislumbrar o estatuto do corpo nas pesquisas em AD: como ele tem se configurado nas pesquisas e quais seriam as perspectivas futuras de trabalho. Resta necessário referir que a proposta que aqui se desenha não destaca o corpo da sua configuração material, e, por isso, nossas primeiras considerações assinalam os efeitos do estatuto das materialidades no seio dos estudos em AD. Com isso, podemos, com os pés firmes na teorização sobre a materialidade, avançar no debate e propor novos caminhos possíveis para a reflexão sobre o corpo.

Objetivamos, nesta reflexão⁴, propor um breve panorama das pesquisas sobre o corpo no âmbito da AD pecheutiana e, com base nesse panorama, apontar para caminhos possíveis para o corpo ser considerado pela perspectiva discursivo-materialista. Cabe dar ênfase ao caráter incompleto da revisão proposta, sendo impossível abarcar todos os trabalhos sobre corpo já produzidos com base na teoria. As três abordagens apresentadas são efeito do gesto de interpretação sobre estudos na área. São elas: (i) o corpo como materialidade; (ii) o corpo e o lugar de enunciação; e (iii) o corpo e a subjetividade. Essa organização não obedece a

³ Referimos “arsenal” tomando como base Gadet (1997, p. 08): “Ela [AD] nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável”.

⁴ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no VI Seminário de Pesquisas em Análise de Discurso (SPAD), ocorrido no dia 8 de julho de 2021, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul – Campus Pelotas).

critérios rígidos de classificação, cabendo, inclusive, realizar um deslize de uma abordagem para a outra no que concerne aos trabalhos que foram selecionados para exemplificar a organização proposta. Como se sabe, o discurso, como efeito de sentido, não existe por si só, de forma autônoma, e essa compreensão produz efeitos na maneira como os gestos de interpretação, quaisquer que sejam eles, produzem efeitos na forma imaginária de se organizar o mundo, dando-lhe a aparência de semanticamente normal e logicamente estabilizado.

Longe de tentar estabilizar os processos discursivos referentes ao corpo, lançamos a possibilidade de termos alguns elementos teórico-analíticos para a decisão sobre como direcionar o olhar ao corpo nas pesquisas que desenvolvemos. O artigo não tem a pretensão de criar um princípio de classificação, mas, a partir dessas três abordagens apresentadas, oportunizar a deriva do olhar sobre o corpo para lugares outros, não previstos e possíveis de serem alcançados pela perspectiva discursiva. Temos aqui uma proposta de ponto de partida.

Este texto se justifica em função de diferentes estudos envolverem o corpo com diferentes perspectivas de trabalho, tais como *o discurso do corpo*, *o discurso sobre o corpo*, *o discurso no corpo*, *o corpo como discurso*, *o corpo discursivo*, *o corpo e a subjetividade* e *o corpolingüagem discursivo*. Essas perspectivas, não consideradas erradas nem impertinentes, provocam os possíveis desdobramentos atingidos pela presença do corpo, uma presença material, visível, cabendo, assim, dissertar sobre essa presença. Vamos trazer alguns estudos, com a nítida compreensão de que é impossível dar conta do todo.

Para atingir o objetivo proposto, apresentamos, a seguir, quatro seções. A primeira parte abordará o corpo e a materialidade discursiva, sendo trazidas algumas considerações teóricas sobre a materialidade na AD. Depois disso, falaremos brevemente sobre a relação entre corpo, lugar enunciativo e condições de produção. A penúltima seção trará elementos sobre o corpo em relação à subjetividade, ponto incontornável para a consideração do corpo no âmbito dos estudos baseados em uma semântica discursivo-materialista. Para encerrar este breve texto, traremos considerações provisórias sobre o corpo na AD.

Corpo e materialidade

Tem-se como pressuposto fundamental sobre a conceituação do corpo na AD o caráter não biologizante da noção. Nos estudos discursivos, a materialidade não significa uma relação com a base biológica que sustenta o corpo, embora, por óbvio, possa produzir efeitos nos processos de subjetivação⁵. O corpo é efeito de um conjunto de determinações envolvendo o

⁵ Falaremos mais sobre isso na penúltima seção, quando trataremos da relação entre somático e psíquico na constituição da subjetividade pela perspectiva teórica da psicanálise.

complexo de formações discursivas, não desvinculadas dos efeitos sociais, históricos e ideológicos, conforme previsto pelo aparato teórico da AD. O mais importante de ser assinalado, neste primeiro momento, é que a constituição biológica do corpo não é o foco das discussões da ordem do semântico-discursivo, embora seja pressuposto fundamental para a existência da subjetividade.

Se a AD tenta trazer elementos para responder à pergunta sobre como o sentido se produz, parece que nossa caminhada na direção da constituição teórica da noção de corpo na teoria se manifesta pela tentativa de trazer provocações que indiquem alguma resposta sobre tal ponto. Assim, nosso questionamento se torna: como o corpo produz sentido?

Para tentar articular possíveis encaminhamentos a partir dessa pergunta, vamos começar delineando algumas reflexões sobre a noção de materialidade discursiva. Lagazzi (2018, p. 159) indica a materialidade “como ponto de ancoragem para escapar do idealismo e do subjetivismo e trazer à cena o político no discurso”, por isso é importante já mencionar a designação que a noção ganha no quadro conceitual da AD, pois faz referência direta à determinação materialista histórica e dialética na teoria não-subjetiva da subjetividade. Em cada forma de existência material que serve como objeto para a análise de discurso existe história/sobredeterminação e, também, existe movimento/contradição. A organização social, histórica e ideológica está vinculada às formas materiais. Os efeitos do materialismo na semântica de base discursiva foram necessários para a consideração da presença da exterioridade nos processos de significação: “o materialismo deu à semântica um novo horizonte e lhe permitiu tomar por objeto o discurso” (LAGAZZI, 2018, p. 165).

A questão teórica das materialidades surge do resultado da heterogeneidade entre história, língua e sujeito; isso é colocado por Michel Pêcheux no texto de Abertura do Colóquio *Materialidades Discursivas*: “A questão teórica das *materialidades discursivas* surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: um remeio de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos” (PÊCHEUX, 2016, p. 23-24 [grifos do autor]). Nesse momento, conforme Orlandi (2016, p. 09), discute-se quais “materialidades se encontram na análise dos fatos de discurso pela história, pela psicanálise e pela linguística, a partir de três asserções: há um real da língua, há um real da história e há um real do inconsciente”.

Ao se considerar que a materialidade é afetada pelo real da história, pelo real da língua e pelo real do inconsciente, admite-se a incompletude como constitutiva da heterogeneidade irreduzível manifestada por Pêcheux (2016). É, portanto, nas brechas e nas falhas que se pode,

pela relação entre a contradição, o recalque inconsciente e o equívoco, chegar àquilo que se entende por materialidade discursiva.

Um ponto necessário de ser aqui mencionado diz respeito à banalização da noção de materialidade, conforme discutido por Orlandi (2016). A autora refere que, na maioria das vezes, a materialidade é denominada como *corpus*, como *dados*, ou como *objeto de análise*. No entanto, não se deve confundir tais noções com o conceito de materialidade discursiva. Segundo a autora, a materialidade discursiva “não se reduz ‘ao que está dito’, ou ao ‘dado’ de qualquer natureza que seja” (ORLANDI, 2012, p. 70).

Um elemento final para a discussão sobre o estatuto da materialidade discursiva na AD diz respeito à citação de Pêcheux (2011, p. 151-152 [grifos do autor]), a qual corrobora com a compreensão de que a materialidade não é o próprio objeto, mas uma condição para a existência do objeto em uma conjuntura histórica determinada:

Nosso empreendimento supõe, parece-me, levar a sério a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada.

Com base nisso, passamos a trabalhar sobre a possibilidade de ter o corpo como materialidade no escopo da AD de vertente brasileira (ORLANDI, 2005a), atentando para a leitura específica que pesquisadoras brasileiras fizeram sobre o desenvolvimento teórico de Pêcheux (BALDINI; ZOPPI-FONTANA, 2015). É importante demarcar uma posição frente a essa teorização: entender o corpo como materialidade é falar sobre língua, história e sujeito (e sobre os impossíveis de cada um): efeitos produzidos sobre como o corpo produz sentido.

O primeiro estudo referente à questão do corpo na AD a que vamos fazer referência é de Orlandi (2004), no qual a autora apresenta o corpo como texto. Para ela, “o corpo é o lugar material em que acontece a significação, lugar de inscrição, manifestação do grafismo. Pintura. Texto” (ORLANDI, 2004, p. 121). A relação entre corpo e texto pode se dar através de uma necessidade de completude imaginária a ser atingida tanto no que concerne à formulação do texto quanto no que diz respeito à formulação do próprio corpo. Desse modo, as tatuagens e os piercings funcionam como gestos de interpretação postos no próprio corpo, tentando conferir um efeito de unidade a um e a outro. Esses gestos possuem relação com os modos de o sujeito viver o social, de inserir-se no espaço urbano.

Orlandi (2004, p. 124) refere que há, “de um lado, a tentativa (vã) de enquadrar o corpo e seus limites, de outro, agora voltado para fora, o da denúncia de um mal estar simbólico em seu confronto com o político, uma forma de reivindicação”. O enquadramento

do corpo e de seus limites está vinculado a essa necessidade, constitutiva da subjetividade, de produzir um efeito de completude para si, mesmo que essa completude seja impossível de ser alcançada - pois há real. Pautar o corpo através de diferentes marcas concerne a um gesto que pode ser interpretado como não somente voltado para as tensões inconscientes, mas, também, para as determinações da ordem da exterioridade. Essas duas instâncias, intimamente relacionadas e estranhamente familiares, convivem de forma a não obliterar a contradição que delas surge, provocando um efeito de transbordamento, de excesso do sujeito no sujeito: “transbordamento de um excesso de linguagem o tempo todo visível sobre o sujeito, que passa à necessidade de um excesso de marcas visíveis em si mesmo” (ORLANDI, 2004, p. 126). A autora apresenta a possibilidade de se *ver* o corpo na AD pela perspectiva desse excesso, das marcas possíveis de se presentificarem no corpo, o que provoca uma injunção à reflexão sobre as falhas constitutivas do ritual de interpelação ideológica.

Os piercings e as tatuagens funcionam como um processo de gestão de visualização do corpo e, por conseguinte, do sujeito. Articula-se, nesse sentido, o que pode e deve ser visto tanto à dimensão imaginária quanto à dimensão simbólica, ambas afetadas pelos efeitos da existência do real, daquilo que é impossível de se presentificar. O texto do corpo funciona, assim, como uma forma de produção, circulação e formulação de sentidos (ORLANDI, 2005b), além de trazer possibilidades de produção de efeitos de sentidos sobre o próprio sujeito-enunciador, que enuncia a partir de si mesmo, de seu corpo (e não através da língua). Todo esse gesto de forjadura de si tem relação com as modalidades de subjetivação, com os esquecimentos, e, portanto, com as condições de produção.

E é nesse processo que passamos a nos questionar: as tatuagens e os piercings podem ser compreendidos como gestos de resistência⁶? Ou estariam funcionando como reprodução das determinações discursivas vinculadas aos discursos dominantes? Assim, chamamos Orlandi (2006, p. 29), a qual lança a seguinte pergunta: “A escrita na pele atinge o processo de constituição dos sentidos? Se atinge, estamos diante de uma falha no ritual ideológico e temos assim a possibilidade de um furo no modo de individualização do sujeito moderno. Se não, estamos apenas diante de mais uma variável da tecnologia da escrita”. Nesse texto, a autora compreende o corpo como materialidade significativa, sendo a tatuagem uma forma de inscrição, um modo de individualização do sujeito.

⁶ Apresentamos um breve comentário sobre este ponto. Parece que podemos compreender o gesto de se tatuar como um gesto de resistência; no entanto, nem toda tatuagem, como imagem na tela do corpo, reproduz a resistência. Destacamos, sobre este ponto, a discussão ocorrida no encontro da disciplina “O estatuto das materialidades e das condições de produção em Análise do Discurso”, ministrada pelo Prof. Dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense.

Ernst (2007, p. 135) propõe uma reflexão sobre as “formações imaginárias que se estabelecem nos diálogos sobre o corpo, construídos nas portas e paredes dos banheiros das escolas”, buscando o que pode e o que não pode ser dito sobre o corpo. Nos enunciados das paredes de banheiros analisados pela autora é possível compreender um funcionamento discursivo desvinculado das coerções que delimitam os corpos dos sujeitos, ligadas ao processo de normatização do corpo sexuado. Podemos interpretar que as marcas nas paredes funcionam como uma extensão da própria subjetividade, amarrada ao corpo e dependente dele, que podem funcionar discursivamente de uma maneira próxima às tatuagens e aos piercings. A individuação do sujeito, possível com base em sua relação com o próprio corpo, ganha existência material tanto no próprio corpo, através das tatuagens e dos piercings, por exemplo, mas, também, fora dele, como nas paredes dos banheiros escolares.

O estudo de Hashiguti (2009) tem relação com os efeitos do corpo japonês no olhar do outro, sendo reiterada a afirmação de que o corpo é uma materialidade. Nas palavras da autora, o corpo “é forma material que ganha sentido pelo olhar” (HASHIGUTI, 2009, p. 161), funcionando como condição de produção, determinando os sentidos. Além disso, o corpo também é determinado pela memória discursiva e por outras condições de produção.

Um estudo entendido como definidor das consequências teórico-analíticas do olhar discursivo sobre o corpo é o texto “O discurso do corpo”, de Maria Cristina Leandro-Ferreira. A autora apresenta importantes elementos para se considerar o corpo no escopo discursivo, sendo que, de modo incontornável, a incompletude sempre se faz presente, ressaltando o caráter determinante do real na forma como o corpo produz sentido e é significado. Tal empreendimento se justifica pela própria preocupação de Pêcheux em aliar o recalque inconsciente ao assujeitamento ideológico no processo de compreensão da significação. O caminho para essa aproximação se dá pela linguagem como forma material, mas, segundo a interpretação da autora, a forma material do corpo também pode entrar nessa aproximação.

Conforme Leandro-Ferreira (2011, p. 95),

o objeto a ser analisado é, então, o corpo tomado como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à irrupção da falta que lhe é constitutiva. Para trabalhar com esse objeto será trazido ao campo discursivo uma categoria que procede da psicanálise, que é o real do corpo. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo vem a ser é o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste.

Com a noção de real do corpo proposta pela autora, podemos pensar sobre a relação entre corpo e resistência, mas, mais especificamente, sobre a materialidade do corpo em relação de sobredeterminação com a constituição subjetiva.

Neste mesmo texto, são lançadas três possibilidades para se compreender o corpo: (i) o corpo imaginário, tratando da importância da imagem do corpo; (ii) o corpo simbólico, marcado pelo significante e articulado numa estrutura linguística; e (iii) o corpo (do) real, o qual não foi simbolizado, sendo “aquilo que, resistindo à simbolização, instaura uma falta (falha) que o sujeito tenta inutilmente sanar através de um deslizamento incessante de significações (imaginárias)” (LEANDRO-FERREIRA, 2011, p. 98).

Leandro-Ferreira (2013a) apresenta reflexão complementar ao texto citado acima, relatando três dimensões a partir das quais a analista se depara com o corpo discursivo. São elas: o corpo como lugar de observação do sujeito, o corpo como objeto e o corpo como ferramenta. Dessa maneira, com base na compreensão inalienável entre língua, sujeito e história na constituição da materialidade discursiva, em interlocução direta com a proposta de Leandro-Ferreira (2011), podemos pensar que o corpo imaginário se relaciona às perguntas lançadas por Pêcheux (2019) quando da reflexão sobre condições de produção e formações imaginárias no âmbito da Análise Automática do Discurso. Os questionamentos são: (i) *Quem sou eu para lhe falar assim?*; (ii) *Quem é ele para que eu lhe fale assim?*; (iii) *Quem sou eu para que ele me fale assim?*; e (iv) *Quem é ele para que me fale assim?* Esses questionamentos são possíveis de serem elaborados pela relação entre condições de produção, formações imaginárias e materialidade discursiva. Com isso, temos elementos para trabalharmos sobre o corpo em sua dimensão de *discurso do/no corpo*. A pesquisa em desenvolvimento pode tentar responder, com inspiração em Orlandi (2005b), a questões como: Como o corpo pode formular sentidos? Como o corpo pode colocar sentidos em circulação? Como o corpo pode produzir sentidos?

Desse modo, o corpo, como materialidade, se situa entre as determinações imaginárias, dependentes das identificações, e as condições de produção. Ao mesmo tempo em que o corpo é condições de produção (HASHIGUTI, 2009), como imagem que passa a determinar o processo de produção, circulação e formulação dos sentidos (ORLANDI, 2005b), o corpo é materialidade discursiva, pois essa imagem não se produz sem a determinação subjetiva, linguística e histórica. Poderíamos, ainda, dizer que o corpo pode funcionar como uma formulação visual, enquanto materialidade significante (LAGAZZI, 2015).

Com base nas teorizações acima apresentadas, o corpo ganha um estatuto singular no âmbito da teoria materialista dos processos de significação, e, para compreender o modo como significa, cabe, indiscutivelmente, recorrer à dimensão material de sua existência. Assim, em relação com Leandro-Ferreira (2011), podemos afirmar que o corpo é sempre discursivo, pois ele é, desde sempre, objeto de interpretação; o corpo é objeto simbólico que produz sentido, sendo inegável a pertinência de sua configuração no escopo da AD. A questão que se coloca é que esse corpo, objeto simbólico, ao ser interpretado, se enreda às determinações sócio-histórico-ideológicas, e, assim, passa a ser “universalizado”.

As considerações que vêm sendo traçadas podem apontar para dois movimentos possíveis de serem tomados pela presença incontornável do corpo na AD. O corpo pode formular sentidos de resistência e, também, pode formular sentidos que reproduzem o discurso dominante. A formulação pelo corpo se dá ao ser considerado como materialidade através da qual podemos observar a relação entre história, língua e subjetividade. Trata-se do discurso no corpo, tal como proposto em Leandro-Ferreira (2011), em diálogo com o corpo como materialidade do sujeito, como levantado por Orlandi (2012). Estamos caminhando, portanto, para a compreensão necessária de o corpo ser articulado à subjetividade, conforme será desenvolvido na penúltima seção do texto.

Radde (2012), através de uma discussão sobre o corpo na Marcha das Vadias, o coloca como materialidade, e, assim, temos marcas da contradição: “corpo e linguagem deixam-se perceber como materialidades da falta, objetos que participam fortemente desse discurso de resistência como lugares em que o sujeito contemporâneo se inscreve e deixa marcas de sua contradição” (RADDE, 2012, p. 14-15). São as brechas no ritual da interpelação ideológica, possíveis pela falta que constitui corpo e linguagem, que permitem a emergência de processos de ruptura no seio de nossa formação social, materializando o equívoco e, por conseguinte, a contradição própria dos processos de significação. A resistência se materializa, na análise de Radde (2012), na língua e no corpo; o autor considera o corpo como “um lugar de inscrição do sujeito”. Assim como o sujeito se inscreve na língua, ele também se inscreve no corpo, o que traz o estatuto do subjetivo nas formas de existência material, textos que significam o sujeito, com suas falhas e incompletudes.

Por outro lado, também é possível relevar o processo de reprodução do discurso dominante através de formulações de corpo. Sousa e Sanches (2018, p. 15), ao analisarem os corpos da iconografia das dietas, percebem a forma como a FD do universo das dietas produz efeitos no modo de significar os corpos que podem e devem ser vistos na formação social:

essa imagem [dos corpos da iconografia das dietas] reverbera sentidos de evidência de um corpo perfeito, magro, liso, silenciando as imperfeições da realidade. A ideologia do corpo-projeto propagada pela mídia produz sentidos naturalizados como únicos possíveis, evidências que resultam em um processo de apagamento da materialidade do sujeito, já que a “evidência, produzida pela ideologia, representa a saturação dos sentidos e dos sujeitos produzida pelo apagamento de sua materialidade, ou seja, pela sua des-historicização” (ORLANDI, 2009, p. 55).

Ainda sobre a análise do corpo como materialidade, tomamos dois estudos de Tejada (2020, 2021), que tratam, de um lado, da reprodução do discurso dominante, e, de outro, da resistência a esse discurso. A autora realizou análise do vídeo produzido por Danilo Gentili em resposta à notificação extrajudicial que recebeu em nome da deputada Maria do Rosário (PT). No vídeo, de 18 de maio de 2016 e publicado no YouTube, o comediante rasga a notificação e a coloca dentro de suas cuecas; em seguida, retira os pedaços da notificação das cuecas e os deposita em um envelope, endereçado e enviado à deputada. A análise de Tejada (2020), ao tomar o corpo do humorista como materialidade, trabalha, na relação entre corpo e linguagem, sobre a reprodução da violência de gênero, tornando-se presentes saberes de uma formação discursiva misógina na textualidade do corpo. O corpo torna-se ferramenta (LEANDRO-FERREIRA, 2013a) da reprodução da opressão de gênero, conforme desenvolvido na análise da autora (TEJADA, 2020).

Em artigo recente, Tejada (2021) aponta para outra possibilidade de configuração discursivo-ideológica do corpo da então deputada estadual Manuela D’Ávila (PCdoB). Durante sessão da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a deputada amamentou sua filha de 11 meses enquanto tomou a palavra. O registro fotográfico do fato narrado, ocorrido em 29 de junho de 2016, ganhou grande repercussão, fomentando o debate sobre a amamentação em lugares públicos. Ao invés de ser interpretada como um gesto de nutrição de um ser humano em desenvolvimento, a foto passa a circular pela exposição do corpo da deputada, do seu seio nu ao amamentar a bebê faminta. Ao tomar seu corpo como lugar de reprodução da vida (ao invés de ser tomado como objeto de sexualização), a deputada resiste aos saberes dominantes da nossa formação social, dominada pelo machismo objetificante do corpo feminino. O corpo, como forma de existência material, na imagem amplamente reproduzida da amamentação, resiste e reproduz saberes da posição subjugada social, histórica e ideologicamente em nossa formação social, ao mesmo tempo em que coloca em xeque a posição dominante patriarcal.

Essa reflexão abre caminho para a próxima seção do artigo, na qual estabelecemos uma relação entre corpo e lugar de enunciação. Agora poderemos tratar sobre categorias que

se apresentam recentemente como foco do trabalho das analistas de discurso: o corpo discursivo em sua dimensão de gênero, de raça e de classe.

Corpo e lugar de enunciação

Vamos aqui percorrer alguns conceitos importantes em AD que possibilitem a articulação entre a compreensão do corpo na teoria do discurso e a noção de lugar de enunciação. Entendemos que, para que tal empreendimento seja possível, precisamos começar falando sobre as condições de produção do discurso, partindo da formulação de Pêcheux (2019), a qual deriva da releitura feita sobre os lugares do esquema da comunicação de Roman Jakobson, e, para isso, é necessário resgatar a noção de formações imaginárias.

Com a elaboração teórica proporcionada no texto *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux concebe as formações imaginárias como ideologicamente determinadas, o que garante uma diferença importante na compreensão dos processos de significação. Para avançar sobre tal ponto, resgatamos Courtine (2019, p. 49 [grifos do autor]):

A relação assim estabelecida entre lugares objetivamente definidos, em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais *o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo*.

As condições de produção, neste caminho teórico, não se confundem com a definição empírica de situação de enunciação (COURTINE, 2009), embora essa definição possa compor as condições ditas imediatas de produção do discurso (ORLANDI, 2003). Desse modo, assim como *materialidade* não se confunde com *dado*, *condições de produção* não se confundem com *contexto* (COURTINE, 2009). Courtine (2009) assinala que as condições de produção de uma sequência discursiva são determinadas em relação com a formação discursiva e, também, com o interdiscurso da formação discursiva que domina a sequência. As condições de produção existem em relação com formações discursivas e formações imaginárias, cujas existências são validadas pela determinação da ideologia no processo de constituição do sujeito e do sentido.

Antes de seguirmos com essa discussão, cabe fazer referência ao conceito de lugar de enunciação, o qual será articulado aos elementos trazidos anteriormente. Vamos a Zoppi-Fontana (2017, p. 66 [grifos da autora]), que assim conceitua o lugar de enunciação:

Os lugares de enunciação, por presença ou por ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento. Esses modos de dizer mobilizam as formas discursivas de um

eu ou um *nós*, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua legitimidade e força performativa. É a partir desses lugares de enunciação, considerados como uma dimensão das posições-sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas da resistência. (...) Assim, trata-se de conceber o funcionamento das lutas pelo reconhecimento e das práticas de resistência às diversas formas de dominação no interior do processo de interpelação ideológica.

Podemos interpretar que todos os sujeitos-enunciadores falam de um lugar de enunciação socialmente referido, e esse lugar de enunciação está na dependência das condições imediatas de produção do discurso em sua relação com as determinações sócio-histórico-ideológicas. O lugar enunciativo não pode ser compreendido fora de sua relação com as condições de produção e, por consequência, com as formações imaginárias: é por isso que pode ser relacionado a práticas discursivas da resistência.

Nosso esforço se situa na tentativa de apontar para a produtividade teórico-analítica de tal teorização com o corpo. Se o lugar enunciativo está em relação com as condições de produção, tanto estritas quanto amplas, o corpo, enquanto materialidade discursiva, produz efeitos nessa noção. Parece que os estudos em AD que têm avançado na discussão sobre raça e gênero possuem estreita relação com a enunciação e o lugar do sujeito-enunciador na cena enunciativa como imagem a ser interpretada.

Para que seja possível fazer essa relação, é necessário que essa imagem do corpo entre em relação com uma memória discursiva. Courtine (2013) nos chama a atenção para isso com a noção de intericonicidade. Podemos referir essa noção para que entre no jogo estabelecido entre memória discursiva, condições de produção, formações imaginárias e lugar enunciativo, todos em dependência do corpo do sujeito-enunciador, não como corpo empírico, biológico, mas como materialidade que produz efeitos. A definição de intericonicidade tem relação com a memória: “toda imagem se inscreve em uma cultura visual e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens onde toda imagem tem um eco. Existe um “sempre-já” da imagem” (COURTINE, 2013, p. 43). A memória das imagens existe em relação de sobredeterminação com outras imagens produzidas anteriormente, dependentes do funcionamento das condições de produção do discurso e do complexo com dominante das formações discursivas. A imagem de um corpo é forma material para os processos discursivos, e por isso podemos também falar sobre memória do corpo (LEANDRO-FERREIRA, 2013b). Faremos isso em relação com o trabalho de Rehm (2015).

Quem nos chama a atenção para a relação com a memória discursiva da imagem, ligada à imagem do corpo, é Rehm (2015, p. 94) sobre o corpo que dança: “o modo que a imagem apresenta esse corpo em situação de dança intervém na constituição dos sentidos sobre quais são os corpos na/da/que dançam”. A memória do corpo, para Leandro-Ferreira (2013b), tem relação com a memória discursiva, não sendo, portanto, saturada, ao contrário do interdiscurso. A memória incide na materialidade do corpo, e a autora justifica esse desdobramento com as seguintes palavras: “onde há corpo há historicidade, onde há historicidade há memória e onde há memória há esquecimento” (LEANDRO-FERREIRA, 2013b, p. 132).

Para avançar na discussão, partimos do questionamento “Como dizeres sobre o corpo produzem sentido?”, pergunta possível de ser feita em estudos sobre corpo em AD. Para trabalhar sobre esse questionamento, trazemos algumas considerações teóricas. O corpo deve, segundo nosso entendimento, ser dimensionado em relação constitutiva com a materialidade da língua. Temos, assim, um contínuo entre corpo e palavra, tal como uma banda de Moebius, na observação do discurso sobre o corpo.

Para tratar mais atentamente sobre esse desenvolvimento teórico, vamos fazer aqui um recorte que abrange três estudos através dos quais podemos avançar nessa discussão. Primeiramente, vale referir Caetano (2019). A autora analisa depoimentos de sujeitos autorreferenciados gordos feitos no site de rede social Tumblr, em um perfil intitulado *Não tem cabimento*. O trabalho é desenvolvido em torno da questão do corpo e da subjetividade no discurso de sujeitos gordos e, através de enunciados como “Eu não sou doente” e “Eu não sou feio”, foi possível compreender o funcionamento discursivo do excesso da presença de negações nos relatos analisados. Segundo a autora, através da negação, há a materialização de um excesso do discurso-outro nos relatos. Esse excesso aponta para a “falta de o sujeito reconhecer um lugar de subjetivação com o qual possa se identificar” (CAETANO, 2019, p. 95), constituindo-se uma cena na qual, imaginariamente, não se constitui um lugar de enunciação a partir do qual possa reivindicar sua presença, constituindo-se como sujeito através do excesso da imagem do outro para si: “é por não encontrar para si um lugar de enunciação que o sujeito resiste em se desidentificar” (CAETANO, 2019, p. 95), subjetivando-se pela negação do discurso-outro.

O corpo gordo irrompe nos relatos através da construção discursiva que o outro faz do sujeito-enunciador, diretamente afetada pela imagem do corpo e pela memória que emerge a partir dessa imagem. O corpo não se destaca das relações imaginárias que, conforme prevê a AD, são articuladas ao funcionamento discursivo-ideológico, afetando a forma como o sujeito

e o sentido se constituem. Há um discurso dominante sobre o corpo gordo, que afeta o sujeito de corpo gordo, sendo ele compreendido como a imagem de sujeito-corpo-gordo que é formulada e circula em nossa formação social. O sujeito é constituído como imagem do corpo, antes de mais nada, antes mesmo de poder dizer, sendo essa imagem determinada pelos efeitos sócio-histórico-ideológicos-inconscientes que constituem as subjetividades.

O segundo trabalho aqui referido é de Modesto (2019), no qual o autor traz à tona a fala da advogada Valéria Lúcia dos Santos quando impedida, pela juíza Ethel Tavares de Vasconcelos, de apresentar a contestação durante audiência. Após manifestar várias vezes a necessidade de o ritual ser cumprido, a advogada foi algemada, e, conforme registrado em vídeo, Valéria grita que, *como mulher e como negra*, possui o direito de exercer a sua profissão. Frente a essa situação, o autor questiona: “por que naquele espaço de *trabalho*, não a vemos gritar que tem o direito de trabalhar como *advogada* mas a vemos exigir seu direito como mulher e como negra?” (MODESTO, 2019, p. 126).

Temos, aqui, a intervenção do corpo no funcionamento discursivo. A materialidade do corpo produz efeitos na forma como o ritual jurídico é processado, com uma juíza branca rompendo com a ordem do processo e, frente à resistência da advogada negra, os seguranças são chamados. Modesto (2019, p. 131) afirma que “Permeando esse conflito, a voz em alto no grito de denúncia, associada ao corpo contraído e algemado ao chão, engendra o deslocamento de que venho falando neste texto quando pontuo que é do lugar de mulher e negra que ela se revolta”. O corpo, portanto, determina o lugar de enunciação do sujeito.

O estudo de Vinhas (2021) apresenta uma reflexão que busca relacionar gênero, raça e classe. O trabalho analisa os dizeres de Mirtes Renata Santana de Souza, mãe do menino Miguel, que, em junho de 2020, morreu ao cair do nono andar de um prédio de luxo em Recife. Mirtes, empregada doméstica que trabalhava para o casal Sérgio Hacker e Sari Corte Real, levou o menino à casa da patroa por falta de alguém que pudesse cuidar dele durante a jornada de trabalho, considerando que se estava no período da pandemia. Ao ser entrevistada sobre o caso, Mirtes, mulher negra e trabalhadora assalariada, produz enunciados nos quais emprega a oração subordinada adverbial condicional, tal como em: “Eu espero que a justiça seja feita, porque, se fosse ao contrário, eu não teria nem (...) direito à fiança”. O excesso dessas marcas na língua aponta para algo do corpo: se Mirtes fosse responsável pela morte da filha da patroa, não teria direito à fiança. A assertiva formulada por Mirtes coloca em circulação, materialmente na língua, os efeitos da opressão de raça e de gênero e da exploração de classe. Mirtes compreende que o sistema jurídico funciona segundo coordenadas sócio-histórico-ideológicas que colocam em desamparo quem não pertence a um

determinado corpo social. O corpo de Mirtes - corpo de mulher negra e trabalhadora - se materializa na língua, colocando em evidência o que os processos jurídicos “ignoram” - marcamos entre aspas, pois entendemos que, sob a modalidade de funcionamento cínico da ideologia (BALDINI, 2009), os sujeitos gestores dos processos jurídicos sabem o que fazem e, mesmo assim, o fazem.

Com os três exemplos, falar sobre o corpo não significa restringir as discussões à análise de imagens, visto que a língua-equívoca da AD é forma material para os processos sócio-histórico-ideológicos que constituem os sentidos e os sujeitos, e, através dela, conseguimos colocar em xeque as amarras de opressão de gênero, opressão de raça e exploração de classe que constituem a nossa formação social de forma “evidente” e naturalizada. A discussão sobre corpo, lugar de enunciação e subjetividade torna-se importante (e necessária) para a discussão sobre a constituição, a circulação e a formulação dos discursos (ORLANDI, 2005b).

Corpo e subjetividade

No pouco espaço que nos resta neste texto, tentaremos tratar, de forma breve, sobre a articulação necessária entre corpo e subjetividade. Considerando que o processo de constituição do sentido não se separa do processo de constituição do sujeito, a abordagem sobre o corpo na AD convoca a subjetividade para compor a discussão. Falar sobre o corpo no escopo discursivo-materialista não significa falar sobre um suporte para a materialização de discursos. Ter o corpo como objeto é ter a subjetividade como pressuposto no funcionamento dos processos discursivos, afinal, o corpo não se destaca da subjetividade pela perspectiva discursiva aqui adotada. Assim, o corpo não toma o lugar, no cenário aqui proposto, de uma folha de papel, de uma parede, de um quadro em branco, nos quais se pode observar uma imagem. Ao considerarmos o corpo na AD entendemos que ele ocupa sempre um lugar duplo: não funciona somente como materialidade, mas, também, como constitutivo da subjetividade.

Retomamos Orlandi (2012, p. 25), ao considerar o corpo como materialidade do sujeito. Para ela, os corpos são formulações dos sujeitos; o corpo é opaco,

entendido como efeitos de sentidos constituídos pelo confronto simbólico com o político em um processo de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. O que redundaria em dizer que, assim como nossas palavras, nosso corpo já vem significado, antes mesmo que não o tenhamos, conscientemente, significado.

Neste ponto, portanto, a ideologia deve ser articulada às formações imaginárias, já que a imagem feita de determinado corpo é determinada ideologicamente. Contudo, há sempre a possibilidade de o sentido ser outro em função da incompletude, da falha no ritual.

Esse contínuo entre corpo e palavra conduz para a dimensão real do corpo, o que nos permite uma aproximação da dimensão subjetiva do corpo. Há o real da língua, o real da história e o real do inconsciente. Temos o discurso *apesar do corpo, sob o corpo, além do corpo*, que se presentifica mesmo que não se possa controlar seus efeitos. Com tudo isso, seguimos tentando responder à pergunta sobre como o corpo significa, mas, considerando essas diferentes dimensões, podemos abordar a pergunta de diferentes perspectivas, dependendo da forma como a materialidade se impõe ao nosso olhar. Temos aqui a impossibilidade de se destacar a compreensão do corpo como forma de existência material de sua dimensão subjetiva. Tais considerações são possíveis ao se ter como base a definição de materialidade discursiva, já antecipada, e o real do corpo, conforme teorizado por Leandro-Ferreira (2011).

Baldini e Souza (2012, p. 86) dizem que “Se a tatuagem é uma escritura de si na forma de inscrição, o indivíduo, ao se tatuar, busca a diferença, ser sujeito de si mesmo, uma autoria de si, contra todas as tecnologias que o ameaçam de pasteurização, essa assinatura de si na própria pele é uma marca visível de processos de subjetivação”. Ao vincularem a marca no corpo aos processos de subjetivação, tratam sobre a constituição subjetiva. Produzir a cicatriz de uma imagem no corpo é tocar os processos de subjetivação de uma forma singular.

Com isso, Vinhas (2014) desenvolve tese na qual propõe a relação entre corpo e linguagem como constitutiva da subjetividade. O pressuposto fundamental para essa consideração parte do próprio quadro epistemológico da AD: se a teoria da subjetividade de natureza psicanalítica articula e atravessa as três regiões, e se, na psicanálise, não existe separação entre corpo e subjetividade, pelo conceito de pulsão, é necessário, portanto, considerar o corpo como parte da constituição subjetiva e, por conseguinte, como parte dos processos de significação. As relações de identificação, contraidentificação e desidentificação do sujeito com formações discursivas, relações que configuram o processo de interpelação ideológica, são sobredeterminadas pelo corpo. Corpo, linguagem e discurso estão, assim, necessariamente ligados na constituição da subjetividade e dos processos de significação. É com base nisso que Vinhas (2014) propõe a noção de corpolingüagem discursivo: a subjetividade é corpolingüagem discursivo, sendo a relação entre corpo, linguagem e discurso necessária para a constituição do sujeito (e do sentido).

Isso é compreendido com a análise da fala de mulheres em situação de privação de liberdade. Ao entrevistar presas, a autora partiu da peça processual *Habeas corpus*, a qual significa, em poucas palavras, *que tenhas teu corpo de volta*. O estranhamento surge no encontro com a possibilidade de não se ter o corpo ao se ingressar no sistema penal. O corpo dos sujeitos presos, pelo viés do discurso jurídico, seria sequestrado quando entram na prisão, passando, portanto, suas “almas” a ser objeto da vigilância do Estado. Ao propor o confronto com tal noção, Vinhas (2014) se depara com a necessidade de teorizar sobre a relação entre corpo e subjetividade. Uma das análises empreendidas trouxe os dizeres da Apenada 01, Rosa, que, na prisão, colocou um piercing. O gesto de interpretação empreendido revela a equivocidade presente na textualização do corpo através do piercing, apontando para uma falha no ritual de interpelação ideológica. No corpo a subjetivação se presentifica, enlaçada à língua, produzindo efeitos na constituição do sentido e do sujeito.

Ainda sobre a relação entre corpo e subjetividade, vale referir o estudo de Carvalho (2021), que analisou depoimentos de mulheres que abortaram. Os depoimentos são considerados testemunhos e, desse modo, é possível refletir sobre a relação entre corpo e subjetividade tomando por base a definição de corpolingagem discursivo cunhada por Vinhas (2014). O corpo, inseparável da subjetividade, produz efeitos na forma como as mulheres que abortaram se subjetivam entre as determinações jurídicas e religiosas. Os discursos dominantes ligados ao Direito, à Medicina e à Religião controlam os corpos das mulheres; o enquadramento do aborto como crime pelo Estado entra em contradição com os testemunhos dos sujeitos-corpos-ovarianos (CARVALHO, 2021) que falam sobre suas experiências de aborto. Ser mulher, em uma sociedade patriarcal que significa o aborto como crime, principalmente pelos efeitos do discurso religioso dominante, é impor uma constante tensão entre os efeitos ideológicos sobre o corpo feminino e o desejo da mulher.

Cabe, ainda, no que concerne à relação entre corpo e subjetividade, trazer o estudo de Radde (2019, p. 142), que, ao entrevistar sujeitos infectados pelo HIV e profissionais de saúde, elabora importante reflexão sobre o corpo, trazendo a noção de *corpo rebelde* para o escopo da teoria do discurso. Tal corpo “resiste e persiste na tensão produzida pela ambivalência entre o real e o imaginário, mediatizada pelo simbólico”.

Mesmo sendo muito breve, este panorama sobre algumas pesquisas em AD que dão foco sobre a relação entre corpo e subjetividade nos permitem observar estudos já realizados sobre o tema e vislumbrar possíveis pesquisas futuras que contribuam tanto na teorização sobre o tema quanto na consolidação e constituição do quadro teórico da Análise de Discurso.

Corpo discursivo: um encerramento possível

O longo texto terá um breve encerramento, o encerramento que consideramos possível diante de todas as considerações apresentadas. O panorama dos estudos sobre o corpo na Análise de Discurso trouxe três caminhos para se trabalhar com o corpo pela perspectiva teórica da AD, sendo que, por óbvio, esses três caminhos são mais um gesto de interpretação da autora do que uma categorização fixa, considerando que, como não poderia deixar de ser, o funcionamento dos conceitos sempre opera de forma interligada, interdependente, sendo impossível propor uma divisão fixa e inarticulada.

Cabe também referir que outros estudos poderiam ser aqui mencionados. Os textos que compuseram o breve (lacunar) panorama foram apresentados ao percebermos a tripla via de desenvolvimentos teóricos que tem se apresentado na AD. Assim, segundo nossa interpretação, observamos que os estudos em AD se organizavam em três vias, dependendo de seus objetivos; em um segundo momento, buscamos selecionar alguns textos que poderiam ser referidos a uma dessas vias, a fim de trazer exemplos práticos sobre cada caminho delineado na proposta.

Foram, portanto, três caminhos aqui propostos: (i) o corpo e a materialidade discursiva; (ii) o corpo e o lugar de enunciação; e (iii) o corpo e a subjetividade. O que resta importante, para concluir, é dizer que, independente do percurso da analista, a resistência sempre se faz presente, sempre bordeia os limites do corpo. O impossível, no trabalho com o corpo na Análise de Discurso, é não considerar a resistência como constitutiva dos processos discursivos.

Referências

BALDINI, Lauro. Cinismo, discurso e ideologia. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Anais do IV SEAD. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BALDINI; Lauro; SOUZA, Levi Leonel de. Os sentidos tomando corpo. In: AZEVEDO, Aline. (Org.) *Sujeito, corpo, sentidos*. Curitiba: Appris, 2012, p. 69-88.

BALDINI, Lauro; ZOPPI-FONTANA, Mónica. A Análise do Discurso no Brasil. *Décalages*, v. 1, p. 1-20, 2015.

CAETANO, Virgínia Barbosa Lucena. *Não tem cabimento*: corpo e subjetividade no discurso de sujeitos gordos. 2019. 117f. Dissertação (Mestrado em Letras), Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

CARVALHO, Millaine. *Entre sujeito de direito e objeto de lei*: o corpo no discurso de mulheres que abortaram. 2021. 161f. Dissertação (Mestrado em Letras), Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo*: pensar com Foucault. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

ERNST, Aracy. Corpo, discurso e subjetividade. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.) *Análise do Discurso no Brasil*: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 135-144.

GADET, Françoise. Prefácio. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 07-12.

HASHIGUTI, Simone. O corpo como materialidade do/no discurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (Orgs.) *O discurso na contemporaneidade*: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 161-168.

LAGAZZI, Suzy. Linha de passe: a materialidade significativa em análise. **Rua**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 173-182, 2015.

LAGAZZI, Suzy. A noção de materialidade na prática analítica discursiva. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro. (Orgs.) *Análise de discurso e materialismos*: prática política e materialidades. Volume II. Campinas: Pontes, 2018, p. 157-174.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antonio. (Orgs.) *Trilhas de investigação*: a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2011, p. 89-105.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Orgs.) *Análise do discurso em perspectiva*: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013a, p. 99-108.

LEANDRO-FERREIRA. Discurso, arte e sujeito na tessitura da linguagem. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. MITTMANN, Solange. (Orgs.) *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013b, p. 127-139.

MODESTO, Rogério. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. In: ADORNO, Guilherme et al. (Org.) *O discurso nas fronteiras do social*: uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas: Pontes, 2019, p. 111-134.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005a, p. 75-90.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005b.

ORLANDI, Eni. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethânia (Org.) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 21-29.

ORLANDI, Eni. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. Nota introdutória à edição brasileira. In: CONEIN, Bernard et al. (Orgs.) *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016, p. 09-16.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4.ed. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011, p. 151-162.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, Bernard et al. (Orgs.) *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016, p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. Tradução de Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

RADDE, Augusto. Corpo e resistência(s) na constituição do sujeito: o discurso do corpo na Marcha das Vadias. In: VII Seminário Nacional de Linguagem e Ensino, Pelotas - RS, 2012.

RADDE, Augusto. *Metáforas de vida e de morte: o corpo rebelde da aids nos discursos da e sobre a saúde pública no Brasil*. 2019. 219f. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SOUSA, Lucília; SANCHES, Rodrigo. O corpo do/no discurso midiático das dietas: efeitos do novo e da novidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, jan.-abril 2018, p. 1-18.

TEJADA, Bruna Vitória. **Gênero, riso e violência**: um olhar discursivo para o humor de Danilo Gentili. 2020. 176f. Dissertação (Mestrado em Letras), Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

TEJADA, Bruna Vitória. “Se há dominação, há resistência”: um estudo sobre a inserção das mulheres na política. Anais do Fazendo Gênero, Florianópolis, 2021.

VINHAS, Luciana. **Discurso, corpo e linguagem**: processos de subjetivação no cárcere feminino. 2014. 303f. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

VINHAS, Luciana. E se fosse ao contrário? Se o gênero nos une, a classe e a raça nos dividem. In: SILVA, Dalexon; SILVA, Claudemir. (Orgs.) *Pêcheux em (dis)curso*: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João, 2021, p. 141-164.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Lugar de fala”: Enunciação, Subjetivação, Resistência. **Conexão Letras**, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017.